



**INSTITUTO
FEDERAL**
Ceará

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE)
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2026



T1204021N

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO - TAE AUDITOR

NOME

INSCRIÇÃO

Nível
SUPERIOR

Turno
TARDE

PROVA

01

Na Folha de Respostas,
no local indicado,
lembre-se de preencher
o Número da Prova!
O não preenchimento
levará à
desclassificação.

Material recebido

- ✓ Prezado(a) candidato(a), além deste Caderno de Questões com **sessenta questões objetivas**, você receberá a Folha de Respostas. Verifique se seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição estão corretos.
- ✓ Confira seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu.

Material a ser devolvido

- ✓ O único documento válido para a avaliação é a Folha de Respostas, a qual deve ser devolvida ao fiscal devidamente assinada no local destinado a esse fim.
- ✓ Na Folha de Respostas, os alvéolos devem ser preenchidos da seguinte maneira: ●
- ✓ Para todo e qualquer preenchimento, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

Duração da prova e permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 04 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, você estará liberado(a) para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, entretanto NÃO poderá se retirar da sala com qualquer tipo de anotação e/ou com o Caderno de Questões.
- ✓ **Você poderá levar o Caderno de Questões somente a partir dos últimos 30 (trinta) minutos que antecedem o término da prova.**
- ✓ Os(As) três últimos(as) candidatos(as) só poderão se retirar da sala juntos(as), após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.

Divulgação

- ✓ Os Cadernos de Questões e os Gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AACP**, no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br, conforme previsto em Edital.

***O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, neste Caderno e na Folha de Respostas incorrerá em sua eliminação.**



instituto aocp



Língua Portuguesa

Informação não é conhecimento: o paradoxo da era hiperconectada

Uma das características da modernidade líquida é a abundância informacional. Milhões de dados são produzidos a cada segundo e algoritmos nos fornecem conteúdo com base em nossas interações e gostos; nunca foi tão fácil acessar informação como hoje.

Porém, essa facilidade trouxe uma responsabilidade muitas vezes negligenciada: a de produzir conhecimento. Tornamo-nos uma sociedade muito bem informada, mas pobre em conhecimento. Refletir sobre as informações que adquirimos parece não ter mais espaço no cotidiano.

Informação e conhecimento são, portanto, distintos, ainda que relacionados. A informação se apresenta de forma bruta, desordenada e fragmentada, enquanto o conhecimento implica um processo de organização, interpretação e atribuição de sentido aos dados. Conhecer é um processo ativo, que exige reflexão e articulação entre diferentes experiências.

A internet, ao favorecer o acesso rápido e contínuo a conteúdos, muitas vezes impede que haja tempo para a assimilação e a reflexão. Assim, o consumo fragmentado de informações pode gerar apenas uma sensação de saber, sem que haja efetiva construção de conhecimento.

O mundo hiperconectado favorece a dispersão, não a contemplação. No entanto, sem reflexão, não há construção consistente do conhecimento. Aquele que se propõe a conhecer precisa adotar uma postura de humildade diante do saber. Ao construir o conhecimento, logo compreende que, quanto mais aprender, mais ainda há a ser treinado e compreendido.

E, assim, nasce o perigo: informação sem discernimento se torna ruído; conhecimento sem sabedoria se torna arrogância; e sabedoria sem ação se torna vaidade. Diante dessas profundas transformações na relação entre informação e conhecimento, e do impacto da modernidade e da tecnologia no processo cognitivo humano, o desafio não é mais *ter acesso* ao conhecimento, mas *formar pessoas que saibam o que fazer com ele*.

No fim das contas, o problema da era da informação não é a escassez de dados, mas sim a pobreza de critérios. E talvez o maior luxo da atual geração seja encontrar silêncio, tempo e disposição para pensar com profundidade.

Adaptado de: <https://medium.com/escola-classica/informacao-conhecimento-o-paradoxo-da-era-hiperconectada-8f90c44cee5a>. Acesso em: 23 fev. 2026.

1

Assinale a alternativa que sintetiza corretamente a tese defendida no texto.

- (A) A abundância de informações na sociedade contemporânea exige o abandono de métodos tradicionais de aprendizagem.
- (B) O acesso ampliado à informação torna desnecessários os processos de reflexão e interpretação no aprendizado.
- (C) A construção do conhecimento depende de processos reflexivos que vão além do simples acesso à informação.
- (D) O crescimento do acesso à internet tem reduzido o valor social do conhecimento na era digital.
- (E) A tecnologia digital tornou equivalentes os conceitos de informação e conhecimento.

2

Considerando a organização discursiva do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O texto apresenta predominância de sequências expositivas utilizadas para explicar os conceitos de informação e conhecimento, estruturando-se principalmente como texto de caráter informativo.
- (B) O texto configura-se como artigo de opinião, estruturado a partir de uma tese inicial, seguida de desenvolvimento argumentativo que articula sequências expositivas e culmina em uma síntese avaliativa do problema apresentado.
- (C) O texto é predominantemente narrativo, pois apresenta uma progressão temporal implícita na discussão sobre a evolução das formas de acesso à informação.
- (D) O texto apresenta organização injuntiva, na medida em que orienta o leitor a refletir sobre possíveis formas de adotar práticas específicas para transformar informação em conhecimento.
- (E) O texto apresenta predominância de sequências descritivas organizadas para explicar conceitos relacionados à informação na sociedade contemporânea, culminando no posicionamento avaliativo implícito.

3

Assinale a alternativa em que a reescrita do seguinte excerto mantém o sentido original: “Informação e conhecimento são, portanto, distintos, ainda que relacionados.”.

- (A) Informação e conhecimento são distintos, pois são relacionados.
- (B) Informação e conhecimento são distintos, embora relacionados.
- (C) Informação e conhecimento são distintos, porque são relacionados.
- (D) Informação e conhecimento são distintos, logo relacionados.
- (E) Informação e conhecimento são distintos e, por isso, relacionados.

4

Em “Informação e conhecimento são, portanto, distintos, ainda que relacionados.”, as expressões destacadas estabelecem, respectivamente, relação de

- (A) consequência e causa.
- (B) concessão e condição.
- (C) conclusão e concessão.
- (D) causa e conclusão.
- (E) explicação e concessão.

5

Considere o excerto:

“E, assim, nasce o perigo: informação sem discernimento se torna ruído; conhecimento sem sabedoria se torna arrogância; e sabedoria sem ação se torna vaidade.”.

Assinale a alternativa correta quanto à estrutura e à pontuação do período.

- (A) O uso do ponto e vírgula indica a presença de orações subordinadas que dependem sintaticamente da oração anterior.
- (B) O uso do ponto e vírgula entre as orações é inadequado, pois separa orações com o mesmo sujeito.
- (C) As orações após os dois-pontos são subordinadas à oração principal, exercendo função de complemento nominal de “perigo”.
- (D) O conectivo “e” antes da última oração é obrigatório, pois introduz oração subordinada conclusiva.
- (E) Os dois-pontos introduzem uma enumeração de orações coordenadas que explicam e desenvolvem a ideia de “perigo”.

6

Considere o seguinte excerto do texto:

“[...] o problema da era da informação não é a escassez de dados, mas sim a pobreza de critérios.”.

Assinale a alternativa em que a reescrita do trecho sublinhado mantém a correção gramatical quanto ao uso do acento indicativo de crase.

- (A) O problema da era da informação está associado à critérios empobrecidos.
- (B) O problema da era da informação não se reduz a pobreza de critérios.
- (C) O problema da era da informação está relacionado à pobreza de critérios.
- (D) O problema da era da informação não decorre à pobreza de critérios.
- (E) O problema da era da informação refere-se a pobreza de critérios.

7

Assinale a alternativa em que a reescrita do seguinte excerto mantém o sentido e a correção gramatical: “Conhecer é um processo ativo, que exige reflexão e articulação entre diferentes experiências.”.

- (A) Conhecer é um processo ativo, exigindo reflexão e articulação entre diferentes experiências.
- (B) Conhecer é um processo ativo, onde exigem-se reflexão e articulação entre diferentes experiências.
- (C) Conhecer é um processo ativo, os quais exigem-se reflexão e articulação entre diferentes experiências.
- (D) Conhecer é um processo ativo, de quem se exige reflexão e articulação entre diferentes experiências.
- (E) Conhecer é um processo ativo, a exigir-se reflexão e articulação entre diferentes experiências.

8

Assinale a alternativa em que a substituição realizada mantém o sentido do seguinte trecho: “[...] informação sem discernimento se torna ruído [...]”.

- (A) informação sem contexto se torna mal-entendido.
- (B) informação sem análise se torna erro.
- (C) informação sem conteúdo se torna erro.
- (D) informação sem acesso se torna ruído.
- (E) informação sem critério se torna ruído.

9

A respeito do seguinte excerto do texto, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

“Ao construir o conhecimento, logo compreende que, quanto mais aprender, mais ainda há a ser treinado e compreendido.”

- I. A expressão “ao construir o conhecimento” corresponde a uma oração subordinada adverbial reduzida de infinitivo com valor temporal.
- II. A estrutura “quanto mais..., mais...” estabelece relação de proporcionalidade entre as ideias apresentadas.
- III. A oração introduzida por “que” exerce função de sujeito do verbo “compreende”.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II.
- (D) Apenas III.
- (E) I, II e III.

10

Assinale a alternativa em que a reescrita do seguinte excerto mantém a correção gramatical e o sentido original, no que se refere à concordância verbal e nominal.

“O mundo hiperconectado favorece a dispersão, não a contemplação.”

- (A) A contemplação, e não a dispersão, é favorecida pelo mundo hiperconectado.
- (B) A contemplação, e não a dispersão, são igualmente favorecidas pelo mundo hiperconectado.
- (C) Favorece-se a contemplação, e não a dispersão, pelo mundo hiperconectado.
- (D) A dispersão, e não a contemplação, é favorecida pelo mundo hiperconectado.
- (E) Favorecem-se a dispersão, e não a contemplação, pelo mundo hiperconectado.

Legislação

11

Alberto é servidor público de determinado Instituto Federal, atuando na área administrativa, com jornada de 8 (oito) horas diária. Recentemente, passou em outro concurso para uma sociedade de economia mista, controlada indiretamente pelo Poder Público. Diante dessa situação, à luz da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que Alberto

- (A) poderá acumular, ainda que remuneradamente, os cargos no Instituto Federal e na sociedade de economia mista.
- (B) deverá demonstrar a compatibilidade de horários para que a acumulação dos cargos seja possível.
- (C) não pode acumular os cargos. Embora a Constituição Federal não vede a acumulação de cargo público com outro cargo em sociedade de economia mista, no caso em questão não haverá compatibilidade de horários, devido à jornada do atual cargo.
- (D) não poderá acumular remuneradamente o cargo no Instituto Federal com o cargo para o qual foi aprovado na sociedade de economia mista.
- (E) poderá acumular os cargos, tendo em vista a ressalva das regras de acumulação de cargos para as sociedades de economia mista controladas indiretamente pelo Poder Público.

12

Sobre o regime próprio de previdência social dos servidores, na forma disciplinada pela Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) O servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social será aposentado por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.
- (B) O servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social será aposentado voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de quinze anos de efetivo exercício no serviço público e dez anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- (C) O servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social será aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.
- (D) O servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social será aposentado voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- (E) O servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social será aposentado compulsoriamente, com proventos integrais aos 70 (setenta) anos de idade.

13

Helena prestou concurso público, foi aprovada e devidamente nomeada para cargo efetivo no serviço público. Decorridos três anos de efetivo exercício, teve reconhecida a estabilidade, com avaliação especial de desempenho realizada por comissão instituída para essa finalidade. Meses após, foi demitida por insuficiência de desempenho, com fundamento em regulamento interno do órgão que instituiu avaliação periódica anual, assegurando contraditório e ampla defesa, mas sem lei complementar disciplinando o tema. Ela questionou o ato judicialmente, mas ficou sabendo que, após seu afastamento do cargo, sua vaga havia sido ocupada por Fátima, também servidora estável. Diante dessas ocorrências, à luz da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que a demissão de Helena

- (A) é válida, pois a ampla defesa foi assegurada e a Constituição não exige lei complementar para avaliação periódica de desempenho.
- (B) é inválida, devendo essa servidora ser reconduzida ao cargo de origem, e Fátima deve ser reintegrada ao cargo de origem, com direito à indenização, tendo em vista ser estável.
- (C) é inválida, isso porque, por ser estável, essa servidora só poderia perder o cargo mediante sentença judicial transitada em julgado, devendo retornar ao cargo de origem.
- (D) é válida, baseada em regulamento interno do órgão que instituiu avaliação periódica anual, sendo suficiente a previsão em lei ordinária para a avaliação periódica.
- (E) é inválida, devendo essa servidora ser reintegrada ao cargo de origem, e Fátima, por ser estável, ser reconduzida ao cargo de origem sem direito à indenização.

14

Em relação à aposentadoria dos servidores públicos, na forma do texto da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que

- (A) se aplica ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.
- (B) observados critérios a serem estabelecidos em lei do respectivo ente federativo, o servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, ao valor de 50% de sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.
- (C) é permitida a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento.
- (D) os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade.
- (E) poderão ser estabelecidos, mediante lei ordinária do respectivo ente federativo, idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos à avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

15

Fernanda é servidora pública da União, sujeita, portanto, às regras da Lei nº 8.112/1990, que estabelece o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Em certa ocasião, Fernanda cometeu uma infração disciplinar, sujeita à penalidade de advertência. Diante dessa situação, é correto afirmar que a autoridade que irá instaurar o processo disciplinar

- (A) não poderá determinar o afastamento preventivo de Fernanda, tendo em vista que a infração é sujeita à penalidade de advertência.
- (B) poderá determinar o afastamento preventivo de Fernanda, desde que seja demonstrado dolo na ação e pelo prazo máximo de 30 dias, sem prejuízo da remuneração.
- (C) poderá determinar o afastamento preventivo de Fernanda, desde que seja demonstrado dolo na ação e pelo prazo máximo de 60 dias, sem possibilidade de prorrogação, com prejuízo da sua remuneração.
- (D) não poderá determinar o afastamento preventivo de Fernanda, isso porque, além da finalidade de evitar que a servidora influencie na apuração da irregularidade, a lei exige a demonstração de ato abusivo, o que não restou narrado no enunciado.
- (E) poderá determinar o afastamento preventivo de Fernanda, pelo prazo de até 60 dias, sem prejuízo da remuneração, visando evitar que a servidora influencie na apuração da irregularidade.

16

Na forma da Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa correta acerca das disposições sobre as vantagens e as indenizações que podem ser pagas aos servidores.

- (A) Constituem indenizações ao servidor: ajuda de custo, diárias e transporte, sendo vedado o pagamento de auxílio moradia.
- (B) A lei veda a incorporação das gratificações e dos adicionais ao vencimento ou provento do servidor.
- (C) Para o pagamento da indenização na modalidade diária, o servidor faz jus ao recebimento, ainda que pendente regulamento dispondo sobre os valores e as condições para concessão da referida indenização.
- (D) As vantagens pecuniárias poderão ser computadas, para efeito de concessão de outros acréscimos pecuniários ulteriores, ainda que sob o mesmo título ou idêntico fundamento.
- (E) Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor, a título de vantagens, indenizações, gratificações e adicionais.

17

José, na qualidade de servidor público efetivo, em exercício em determinado Instituto Federal de Ensino, vem atuando de forma desidiosa no serviço público. Diante desse fato, foi determinada a instauração de processo administrativo disciplinar contra José. À luz das disposições da Lei nº 8.112/1990, qual é a penalidade prevista para o fato apurado no processo disciplinar?

- (A) Advertência.
- (B) Suspensão, por no máximo noventa dias.
- (C) Demissão.
- (D) Destituição de cargo.
- (E) Suspensão, por no máximo sessenta dias.

18

Além do vencimento e das vantagens previstas na Lei nº 8.112/1990, serão deferidos aos servidores as seguintes retribuições, gratificações e adicionais, EXCETO

- (A) gratificação por encargo de curso ou concurso.
- (B) adicional por tempo de serviço.
- (C) gratificação natalina.
- (D) adicional pela prestação de serviço extraordinário.
- (E) adicional de férias.

19

Acerca da desistência e de casos de extinção dos atos administrativos, na forma da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Havendo vários interessados, a desistência apresentada por um deles se estende aos demais, tendo em vista a comunicabilidade dos interesses.
- (B) A extinção do processo administrativo por perda superveniente do objeto depende de requerimento expresso de todas as partes interessadas, sob pena de violação ao contraditório.
- (C) Quando houver vários interessados, a renúncia apresentada por um deles se estende aos demais, ainda que os outros não tenham anuído expressamente.
- (D) A desistência do interessado no processo administrativo não importa imediata extinção do processo, considerando que a Administração pode determinar o prosseguimento, se o interesse público assim exigir.
- (E) O órgão competente não poderá declarar extinto o processo quando prejudicado por fato superveniente, considerando a necessidade de decidir o mérito da situação controversa e a finalidade pública da decisão.

20

Nos termos da Lei nº 9.784/1999, quanto à instrução dos processos administrativos, é correto afirmar que

- (A) em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.
- (B) finalizada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de cinco dias, vedada a estipulação de prazo diverso.
- (C) os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de cinco dias, mencionando-se data, hora e local de realização.
- (D) nos casos em que deva ser emitido parecer obrigatório e não vinculante, a sua não apresentação impedirá o prosseguimento e a decisão do processo.
- (E) os órgãos e as entidades administrativas deverão estabelecer outros meios de participação de administrados, diretamente ou por meio de organizações e associações legalmente reconhecidas.

21

Sobre as regras previstas no Decreto nº 1.171/1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.
- () Os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia da vida privada do servidor público não podem crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.
- () Toda ausência do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.
- () O elemento ético sempre deve ser prezado pelo servidor público em sua conduta funcional.

- (A) F – F – V – V.
- (B) V – F – F – V.
- (C) F – V – V – F.
- (D) V – V – F – V.
- (E) V – V – F – F.

22

A Lei nº 11.892/2008 institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Na forma da citada lei, a constituição do patrimônio de cada um dos novos Institutos Federais se dará, EXCETO

- (A) pelas doações que vier a receber.
- (B) pelos bens e direitos que vier a adquirir.
- (C) pelas incorporações que resultem de serviços prestados pela instituição.
- (D) pela incorporação com reserva dos bens das instituições que o integram.
- (E) pelos legados que vier a receber.

23

Ivo é servidor efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos em uma instituição de ensino submetida à Lei nº 11.892/2008 e pretende se candidatar ao cargo de Diretor-Geral do campus onde atua. À luz da Lei nº 11.892/2008, é correto afirmar que

- (A) Ivo não poderá se candidatar, isso porque a função de Diretor-Geral é exclusiva para ocupantes do cargo de docente.
- (B) Ivo pode se candidatar se possuir no mínimo cinco anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e cumprir os demais requisitos legais.
- (C) Ivo não poderá se candidatar, tendo em vista que, além de restrita aos docentes, a função de Diretor-Geral é suprida mediante indicação do Reitor da instituição de ensino.
- (D) Ivo poderá se candidatar, no entanto a comprovação de realização de curso de formação para o exercício de cargo ou função de gestão em instituições da administração pública é obrigatória.
- (E) Ivo deverá demonstrar que possui os requisitos exigidos para candidatura ao cargo de Reitor e o exercício por no mínimo dois anos em cargo ou gestão na instituição.

24

No que concerne ao plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira submetido à Lei nº 11.091/2005, assinale a alternativa correta.

- (A) Cada Instituição Federal de Ensino disporá do prazo de cento e vinte dias para elaborar o plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira, contados da publicação da lei citada no enunciado.
- (B) O plano de desenvolvimento deverá conter no mínimo o dimensionamento das necessidades institucionais e o programa de avaliação de desempenho.
- (C) O plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira será elaborado com base em diretrizes nacionais estabelecidas em regulamento, no prazo de cem dias, a contar da publicação da Lei nº 11.091/2005.
- (D) A partir da publicação da Lei nº 11.091/2005, as Instituições Federais de Ensino dispõem de noventa dias para a formulação do plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira.
- (E) O plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira será elaborado por cada Instituição Federal de Ensino, ainda que inexistam diretrizes nacionais estabelecidas em regulamento.

25

Ester é servidora pública federal e, sob a justificativa da necessidade de ajustamento do quadro de pessoal às necessidades do serviço, foi redistribuída para outra Instituição Federal de Ensino, antes da publicação da Lei nº 11.091/2005. Diante desse fato, considerando as disposições da citada lei, é correto afirmar que Ester deve ser enquadrada no respectivo Plano de Carreira no prazo de

- (A) noventa dias, contados da data da publicação da Lei nº 11.091/2005.
- (B) sessenta dias, contados da data da publicação da tabela de correção.
- (C) noventa dias, contados da data da publicação da tabela de correção.
- (D) noventa dias, contados da data da publicação da matriz hierárquica.
- (E) cento e vinte dias, contados da data da publicação da Lei nº 11.091/2005.

Conhecimentos Específicos

26

A dignidade da pessoa humana serve como núcleo axiológico de todo o ordenamento jurídico, orientando a interpretação dos direitos e garantias fundamentais. No sistema constitucional brasileiro, ela é classificada como

- (A) um fundamento da República Federativa do Brasil.
- (B) um objetivo fundamental a ser alcançado pela sociedade.
- (C) um direito social de segunda dimensão.
- (D) uma diretriz exclusiva das relações internacionais.
- (E) uma diretriz de competência exclusiva da União.

27

Os direitos sociais impõem ao Estado um dever de prestação positiva para sua efetivação. São direitos sociais expressos no Art. 6º da Constituição Federal de 1988, EXCETO

- (A) educação.
- (B) alimentação.
- (C) trabalho.
- (D) propriedade.
- (E) transporte.

28

De acordo com o princípio da separação dos poderes, o Poder Executivo tem como função típica a administração e a execução das leis. No entanto ele também exerce funções atípicas de natureza legislativa e jurisdicional. Assinale a alternativa que apresenta uma função atípica de natureza legislativa exercida pelo Poder Executivo.

- (A) Sanção ou veto de projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional.
- (B) Julgamento de processos administrativos disciplinares contra servidores públicos.
- (C) Edição de medidas provisórias com força de lei em casos de relevância e urgência.
- (D) Nomeação de Ministros para o Supremo Tribunal Federal, após aprovação do Senado.
- (E) Gestão do orçamento público e implementação de políticas de saúde e educação.

29

Uma entidade do terceiro setor, pessoa jurídica de direito privado, recebeu recursos públicos federais por meio de convênio com a União. De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro e as normas de controle externo, acerca do dever de prestar contas, assinale a alternativa correta.

- (A) A obrigação da entidade de prestar contas aplica-se exclusivamente quando há o uso de dinheiro em espécie, excluindo-se a gestão de bens móveis ou obrigações pecuniárias.
- (B) Entidades privadas sem fins lucrativos que celebram convênios com a União possuem o dever de prestar contas apenas perante o órgão concedente, estando dispensadas da jurisdição direta do Tribunal de Contas da União devido à sua natureza privada.
- (C) O dever de a entidade prestar contas é uma prerrogativa política, ficando a cargo do gestor decidir o momento e a conveniência da demonstração do uso dos recursos.
- (D) A entidade é obrigada a prestar contas, pois qualquer pessoa física ou jurídica que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos tem a obrigação de prestar contas ao órgão de controle competente.
- (E) O dever de prestar contas é restrito às pessoas jurídicas de direito público, não alcançando entidades privadas, ainda que estas gerenciem recursos federais.

30

O reitor de uma instituição pública federal de ensino, ao realizar licitação para a aquisição de veículos, inseriu no edital especificações técnicas que restringiam o objeto a um modelo comercializado exclusivamente pela concessionária de seu sogro. Após a aquisição, autorizou que os veículos oficiais circulassem com adesivos contendo o nome e a logomarca da referida empresa. À luz do princípio da impessoalidade, a conduta descrita

- (A) é lícita, pois o administrador público possui discricionariedade ilimitada para definir marcas, sendo a impessoalidade um princípio que se subordina à conveniência política do gestor.
- (B) é ilícita, pois a Administração deve dispensar tratamento isonômico aos licitantes, sendo vedado o direcionamento para favorecer sujeitos determinados, bem como a utilização de bens públicos para a promoção de interesses privados ou de terceiros.
- (C) é lícita, pois a publicidade de atos e compras oficiais exige, por força de lei, a identificação do fornecedor e sua logomarca em destaque nos bens adquiridos, visando ao fortalecimento do comércio local.
- (D) é lícita, pois o princípio da impessoalidade veda apenas a contratação de parentes em linha direta, não alcançando o direcionamento de editais de licitação para empresas de parentes por afinidade.
- (E) seria lícita se o gestor comprovasse a qualidade técnica do produto, uma vez que o princípio da eficiência supre a necessidade de observar o vínculo de parentesco entre as partes.

31

São elementos de validade do ato administrativo a competência, a finalidade, a forma, o motivo e o objeto. A inexistência de qualquer de seus elementos poderá causar a invalidação do ato. Considerando esses elementos, relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.

1. Competência.
2. Finalidade.
3. Forma.
4. Motivo.
5. Objeto.

- () É o pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao ato administrativo.
- () É o resultado que a Administração pretende atingir: o interesse público.
- () É o modo pelo qual a vontade da Administração é exteriorizada.
- () É um elemento sempre vinculado, o que significa que o agente só pode fazer o que a lei expressamente autoriza. Decorre da lei e é irrenunciável.
- () É o efeito jurídico imediato que o ato produz. É o que o ato decide, altera ou cria.

- (A) 4 – 2 – 3 – 5 – 1.
- (B) 4 – 1 – 3 – 2 – 5.
- (C) 4 – 2 – 3 – 1 – 5.
- (D) 2 – 4 – 1 – 3 – 5.
- (E) 5 – 2 – 3 – 1 – 4.

32

O reitor de uma instituição pública federal de ensino, legalmente competente para movimentar pessoal, decide remover de ofício um professor estável do *campus A* para o *campus B*, localizado a 500 km de distância. O ato foi formalmente motivado como “necessidade de serviço para suprir carência de docentes”. No entanto restou comprovado em processo administrativo que o *campus B* possuía excedente de professores na área e que a verdadeira intenção do reitor era afastar o referido docente de suas atividades sindicais, com as quais o reitor divergia publicamente. Diante do caso narrado, o ato de remoção padece de vício de

- (A) incompetência, uma vez que o reitor, embora autoridade máxima, não possui atribuição legal para movimentar servidores entre *campi* sem a autorização expressa do Conselho Superior da referida instituição.
- (B) vício de forma, pois a remoção de ofício de docentes só é considerada válida se for precedida de processo administrativo disciplinar (PAD) que comprove a necessidade da medida como sanção educativa.
- (C) desvio de finalidade, pois o agente público, embora competente para praticar o ato, utilizou-se de uma prerrogativa legal (remoção de ofício) para atingir fim diverso do interesse público, agindo com intuito punitivo ou de perseguição pessoal.
- (D) excesso de poder, caracterizado pelo fato de o administrador ter agido fora dos limites de sua competência funcional, já que a Lei nº 8.112/1990 veda qualquer tipo de movimentação de servidores estáveis para localidades distantes.
- (E) ilegitimidade do objeto, visto que o ato de remoção de ofício foi extinto do ordenamento jurídico brasileiro pela Nova Lei de Licitações e Contratos, sendo permitida apenas a remoção a pedido do servidor.

33

No que tange à Responsabilidade Civil do Estado baseada na Teoria do Risco Administrativo, considere o seguinte cenário: um viaduto construído pela União desaba durante uma tempestade, atingindo veículos que trafegavam no local. A perícia técnica concluiu que, embora a tempestade tenha sido severa (força maior), houve uma falha de manutenção estrutural prévia (conduta omissiva) que contribuiu decisivamente para o desabamento. Diante da presença concomitante de uma causa excludente e de uma falha estatal, assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade do Estado é afastada integralmente, pois a força maior rompe o nexo causal, independentemente de qualquer omissão administrativa anterior.
- (B) Trata-se de um caso de responsabilidade subjetiva por falta do serviço, exigindo que as vítimas provem o dolo específico do engenheiro responsável pela obra.
- (C) A União responde com base na Teoria do Risco Integral, sendo vedada qualquer alegação de força maior ou caso fortuito para mitigar o valor da condenação.
- (D) O nexo de causalidade é presumido de forma absoluta em favor da vítima, cabendo ao Estado o ônus de provar que o viaduto possuía “vício de projeto” de terceiro para se eximir.
- (E) O Estado responde de forma objetiva, mas a indenização pode ser reduzida proporcionalmente se ficar provado que o evento da natureza contribuiu para a extensão do dano (concausa).

34

O reitor de uma instituição pública federal de ensino, no uso de suas atribuições, decide revogar um processo licitatório para a compra de computadores, sob o argumento de que, embora o processo esteja rigorosamente dentro da legalidade, o surgimento de uma nova tecnologia no mercado tornou a compra daqueles modelos específicos inconveniente para o interesse pedagógico da instituição. Inconformada, a empresa que estava prestes a vencer o certame recorre ao poder judiciário para garantir a contratação. Com base nas normas que regem o Controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O Poder Judiciário, provocado pela empresa, poderá anular o ato de revogação caso entenda que a tecnologia antiga ainda era suficiente, substituindo a decisão do reitor pela sua própria avaliação de conveniência.
- (B) O Tribunal de Contas da União (TCU), no exercício do controle externo, pode determinar a anulação da revogação por entender que o “mérito administrativo” foi mal avaliado, uma vez que o controle externo se sobrepõe à autotutela administrativa.
- (C) A revogação realizada pelo reitor se refere ao controle administrativo (autotutela) fundado no mérito, e o Poder Judiciário não poderá anulá-la se não houver ilegalidade, pois o controle jurisdicional limita-se ao exame da legalidade e legitimidade do ato.
- (D) O controle parlamentar direto, exercido pelo Congresso Nacional, é o único instrumento capaz de sustar o ato do reitor nesse caso, independentemente de haver ilegalidade, por tratar-se de verba do orçamento federal.
- (E) Por se tratar de um ato discricionário de revogação, ele é insuscetível de qualquer tipo de controle, seja interno, externo ou judicial, uma vez que o mérito administrativo é absoluto e imune a revisões.

35

Durante uma auditoria de conformidade em uma instituição pública federal de ensino, o Tribunal de Contas da União (TCU) detectou uma irregularidade grave em um contrato de manutenção predial em vigor, em que os preços praticados estavam 40% acima da média de mercado (sobrepço). Também, verificou-se que o Diretor de Administração da unidade não prestou contas de um suprimento de fundos recebido no ano anterior. Com base nas normas constitucionais de controle externo, assinale a alternativa que apresenta a atuação correta do TCU.

- (A) O TCU deve remeter os autos ao Conselho Superior da referida instituição para que ela exerça a autotutela, uma vez que o controle externo não pode interferir em atos de gestão de entidades autárquicas.
- (B) O TCU deve emitir um parecer prévio sobre a irregularidade do contrato e encaminhá-lo ao Poder Judiciário, único órgão competente para anular contratos administrativos da referida instituição.
- (C) As decisões do TCU que resultarem em aplicação de multa ao gestor da referida instituição dependem de homologação judicial para que possuam eficácia de título executivo.
- (D) O TCU possui competência para julgar as contas do diretor da referida instituição de ensino e, quanto ao contrato irregular, pode sustá-lo imediatamente por ato próprio, comunicando a decisão ao Ministério Público Federal.
- (E) No exercício do controle externo, o TCU julgará as contas do gestor omissas e, em relação ao contrato, determinará prazo para que o órgão adote as providências corretivas; caso a sustação do ajuste não seja efetivada pelo Congresso Nacional no prazo de 90 dias, caberá ao Tribunal decidir a respeito.

36

João, servidor público estável de um Instituto Federal, foi aprovado em um novo concurso público para o cargo de auditor em uma Universidade Federal. Durante o estágio probatório no novo cargo, João foi considerado inapto em avaliação de desempenho e reprovado. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, a situação de João no cargo anterior e no cargo novo resultará, respectivamente, em

- (A) recondução ao cargo de origem no Instituto Federal e exoneração do cargo de auditor na Universidade Federal.
- (B) reintegração ao cargo de origem no Instituto Federal e disponibilidade remunerada no cargo de auditor.
- (C) aproveitamento no Instituto Federal e demissão por insuficiência de desempenho no cargo de auditor.
- (D) recondução ao cargo de origem no Instituto Federal e vacância por posse em cargo inacumulável no cargo de auditor.
- (E) reversão ao cargo de origem no Instituto Federal e exoneração de ofício do cargo de auditor.

37

No que tange ao poder disciplinar e ao regime de prescrição das infrações administrativas previstos na Lei nº 8.112/1990 (Estatuto do Servidor Público Federal), assinale a alternativa correta.

- (A) O prazo de prescrição para as infrações puníveis com demissão é de 5 (cinco) anos, tendo como termo inicial a data da ocorrência do fato, independentemente do momento em que a autoridade administrativa dele tomou conhecimento.
- (B) O prazo de prescrição para as infrações puníveis com suspensão é de 2 (dois) anos, sendo que a prescrição é interrompida pela abertura de sindicância ou pela instauração de processo disciplinar.
- (C) Caso a infração administrativa também seja capitulada como crime na lei penal, o prazo de prescrição da ação disciplinar será de 180 (cento e oitenta) dias, independentemente do prazo previsto na lei penal para o referido crime.
- (D) A instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, a qual volta a correr por inteiro a partir do dia em que cessar a interrupção, caso o processo não seja concluído no prazo legal.
- (E) A abertura de sindicância investigativa ou punitiva suspende o prazo prescricional, o qual permanece estagnado até que a decisão final seja proferida pela autoridade competente, sem limitação de tempo.

38

Um servidor público ocupante do cargo técnico em um Instituto Federal é aprovado em concurso público para o cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico em outra instituição federal. Considerando o regime de acumulação de cargos e as normas da Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa correta.

- (A) O servidor poderá acumular os dois cargos se a soma das remunerações não exceder o teto constitucional, sendo a compatibilidade de horários um requisito secundário.
- (B) Se o servidor optar pela acumulação ilegal e for detectada a má-fé, a penalidade aplicável será a de suspensão por até 90 dias, convertida em multa se houver conveniência para o serviço.
- (C) Caso os cargos sejam inacumuláveis e o servidor já seja estável, ele poderá solicitar a vacância por posse em cargo inacumulável, preservando o direito à recondução ao cargo técnico.
- (D) A acumulação é permitida, desde que haja compatibilidade de horários, independentemente da natureza técnica ou científica do cargo.
- (E) Caso o servidor tome posse no novo cargo de professor e venha a ser reprovado no estágio probatório, ele deverá ser reintegrado ao cargo técnico, desde que as duas instituições pertençam à mesma estrutura ministerial.

39

Um servidor de instituição pública federal de ensino, responsável pelo setor de compras, exige de um fornecedor o pagamento de uma “taxa de agilização” para liberar o pagamento de faturas atrasadas. O fornecedor, sentindo-se coagido, efetua o pagamento. Posteriormente, o Ministério Público oferece denúncia criminal. Considerando os crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A conduta se trata do crime de concussão.
- (B) O servidor cometeu o crime de advocacia administrativa.
- (C) O servidor cometeu o crime de corrupção passiva, pois exigiu vantagem indevida.
- (D) Trata-se do crime de prevaricação, pois o servidor retardou ato de ofício por sentimento pessoal.
- (E) O servidor cometeu o crime de peculato.

40

Nos termos da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021, o ato do agente público que consiste em perceber vantagem econômica indireta, a título de comissão ou gratificação, para omitir ato de ofício ou para facilitar a liberação de pagamentos por serviços contratados pela Administração, caracteriza

- (A) ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, sendo a condenação condicionada à prova de que a vantagem financeira saiu diretamente da dotação orçamentária do órgão público.
- (B) ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, sujeitando o agente, entre outras sanções, à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos.
- (C) infração administrativa de natureza meramente ética, visto que a lei atual exige, para a configuração de improbidade, que a vantagem percebida provenha obrigatoriamente de recursos do Tesouro Nacional.
- (D) ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, punível exclusivamente com a suspensão dos direitos políticos por até 5 anos, sem possibilidade de perda da função pública.
- (E) conduta atípica sob a égide da nova Lei de Improbidade, uma vez que a atual redação aboliu a modalidade de enriquecimento ilícito, mantendo apenas os atos que geram dano efetivo e comprovado ao patrimônio público.

41

A respeito das regras, dos deveres e das vedações contidos no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994), informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é o que consolida a moralidade do ato administrativo.
- () A função pública deve ser tida como exercício profissional e, por conseguinte, integra-se na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia, em sua vida privada, poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.
- () Constitui dever fundamental do servidor público ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito, abstendo-se de causar-lhes dano moral.

- (A) V – F – V.
- (B) V – V – V.
- (C) F – V – F.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – V.

42

A Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) foi editada para regulamentar o direito constitucional de acesso a informações públicas, estabelecendo obrigações e procedimentos para diversos entes. De acordo com os preceitos dessa lei, subordinam-se ao seu regime os seguintes órgãos e entidades, EXCETO

- (A) os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo (incluindo as Cortes de Contas) e Judiciário, além do Ministério Público.
- (B) as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.
- (C) as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante instrumentos como convênios, contratos de gestão ou termos de parceria, para a realização de ações de interesse público.
- (D) as organizações internacionais sediadas em território nacional que possuam acordos de cooperação técnica com o Governo Federal, independentemente da origem dos recursos utilizados em sua manutenção.
- (E) as entidades de direito privado que recebam subvenções sociais e auxílios do Estado, limitando-se a publicidade, nestes casos, às informações relativas à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação.

43

O auditor interno de uma instituição pública federal de ensino está revisando o processo de Concessão de Auxílio Estudantil. Durante a auditoria em documentos físicos e digitais, ele identifica que a instituição:

1. coleta dados socioeconômicos e de saúde dos alunos e familiares;
2. classifica os candidatos em um ranking de vulnerabilidade;
3. armazena cópias de laudos médicos em rede interna;
4. transmite a lista de beneficiários (nome e CPF) para o banco conveniado;
5. anonimiza os dados após 10 anos para fins de estatística, utilizando técnica que impede a reversão com meios técnicos razoáveis.

Com base nos conceitos de tratamento e anonimização, assinale a alternativa correta.

- (A) O arquivamento e o armazenamento dos laudos médicos na rede interna não configuram “tratamento” de dados pessoais, uma vez que o dado está estático e não sofreu alteração ou processamento.
- (B) A classificação e a avaliação das informações para gerar o ranking de vulnerabilidade socioeconômica são consideradas “tratamento”, conforme a definição legal que abrange operações de processamento e avaliação de dados.
- (C) Dados submetidos ao processo de anonimização continuam sendo considerados dados pessoais para todos os fins da LGPD, independentemente da irreversibilidade da técnica utilizada.
- (D) A transmissão de dados ao banco conveniado para fins de pagamento não é considerada tratamento de dados pessoais, por se tratar de uma transferência financeira protegida pelo sigilo bancário.
- (E) A eliminação de documentos físicos contendo dados pessoais é um ato administrativo de descarte que não se enquadra no conceito jurídico de tratamento de dados previsto na LGPD.

44

A Lei nº 14.133/2021 introduziu o diálogo competitivo como uma nova modalidade de licitação. Sobre as características e o rito procedimental dessa nova modalidade, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. É aplicada quando a Administração visa contratar objeto que envolva inovação tecnológica ou técnica, ou quando não possui condições de definir, com precisão suficiente, as especificações técnicas da solução.
- II. Na fase inicial, os licitantes são selecionados com base em critérios objetivos, e o diálogo serve para identificar os meios e as soluções mais adequadas para satisfazer as necessidades da Administração.
- III. Trata-se de uma modalidade de uso comum e obrigatório para qualquer contratação de grande vulto, vinculando a Administração à contratação final de uma das soluções apresentadas, independentemente do custo.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas I e II.

45

O auditor de uma instituição pública federal de ensino do Ceará analisa o processo de contratação direta, por inexigibilidade, de determinada empresa localizada em território nacional, subsidiária de uma fabricante alemã, para manutenção de um microscópio de alta tecnologia. Na instrução do processo, ele identifica os seguintes documentos:

1. laudo técnico de necessidade;
2. atestado de exclusividade;
3. parecer jurídico favorável;
4. demonstrativo de dotação orçamentária;
5. autorização da autoridade competente.

Ao revisar a conformidade com o Art. 72 da Lei nº 14.133/2021, o auditor aponta que o processo não pode prosseguir porque falta o seguinte elemento obrigatório de instrução:

- (A) a prova de que a empresa possui sede ou filial no estado do Ceará, conforme exigido para órgãos sediados fora da capital.
- (B) a justificativa de preço e a demonstração de que o valor é condizente com o mercado, conforme exigência legal para contratações diretas.
- (C) o edital de pré-qualificação de fornecedores estrangeiros, sem o qual não se admite a inexigibilidade para empresas internacionais.
- (D) a comprovação de que o valor do conserto não ultrapassa 10% do valor de um equipamento novo, sob pena de obrigatoriedade de licitação.
- (E) a certidão de inexistência de empresas nacionais similares, emitida obrigatoriamente pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

46

De acordo a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), a quem cabe a responsabilidade principal por implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos?

- (A) Exclusivamente ao auditor interno do órgão, devido à sua função técnica de controle.
- (B) Aos licitantes e fornecedores contratados, como parte de sua responsabilidade social e governança corporativa.
- (C) À alta administração do órgão ou entidade, com o objetivo de alcançar os objetivos estabelecidos na lei e promover um ambiente íntegro.
- (D) Apenas à assessoria jurídica, que deve garantir a legalidade estrita de todos os atos da fase preparatória.
- (E) Ao Ministério Público, como órgão externo de fiscalização da lei e defesa do patrimônio público.

47

Com base no Decreto nº 11.462/2023, que dispõe sobre o Sistema de Registro de Preços para a contratação de bens e serviços, assinale a alternativa correta no que concerne à vigência da ata de registro de preços e suas prorrogações.

- (A) A vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogada, por igual período, mediante manifestação de interesse da Administração, independentemente da comprovação de que o preço registrado permanece vantajoso.
- (B) O prazo de vigência da ata de registro de preços é de até 2 (dois) anos, vedada qualquer prorrogação, devendo a Administração realizar nova licitação após esse período.
- (C) O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço registrado permanece vantajoso.
- (D) A vigência da ata de registro de preços será de até 2 (dois) anos, incluídas as prorrogações, desde que haja concordância do fornecedor e demonstração de vantajosidade econômica.
- (E) O prazo de vigência da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos de 12 (doze) meses até o limite de 5 (cinco) anos.

48

Um auditor de um Instituto Federal, ao analisar a proposta orçamentária de uma unidade de ensino para o próximo exercício, identifica que a administração planeja realizar as seguintes operações:

1. registrar as receitas de taxas de inscrição de concursos deduzindo antecipadamente as despesas com a banca organizadora, lançando no orçamento apenas o saldo líquido decorrente da operação;
2. incluir no orçamento todas as receitas e despesas previstas para o exercício, sem qualquer exclusão, para que a Lei de Orçamento compreenda a universalidade dos gastos e ingressos;
3. prever uma dotação genérica e ilimitada para “Despesas de Custeio e Investimento”, sem a devida discriminação por elementos, visando facilitar a execução financeira rápida durante o ano.

Com base exclusivamente na Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O planejamento descrito no item 1 fere a referida lei, que estabelece que todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
- (B) O procedimento adotado no item 2 está em conformidade com o Art. 2º, que determina que a Lei de Orçamento compreenderá todas as receitas e despesas, observados os princípios da unidade, universalidade e anualidade.
- (C) A inclusão de receitas e despesas de forma global no orçamento, conforme o item 2, atende ao disposto na lei de orçamento, que exige o quadro de recursos e de aplicação, de modo a evidenciar a política econômica e financeira do governo.
- (D) A criação de uma dotação genérica e sem discriminação, mencionada no item 3, é permitida pelo Art. 5º, desde que o valor total da dotação não ultrapasse 10% do orçamento total da instituição.
- (E) A Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras, ressalvados os casos previstos na própria lei.

49

Considerando que as receitas públicas são classificadas em Receitas Correntes e Receitas de Capital, relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.

1. Receitas Correntes.
 2. Receitas de Capital.
- () Receita proveniente da alienação de bens móveis (ex.: venda de equipamentos de TI antigos).
- () Receita de serviços técnicos prestados pelo laboratório do *campus* a terceiros.
- () Receita decorrente de juros e rendimentos de aplicações financeiras.
- () Receita proveniente da realização de operações de crédito (empréstimos).
- () Receita de aluguéis de espaços físicos do Instituto Federal.

- (A) 2 – 1 – 1 – 2 – 1.
- (B) 2 – 2 – 1 – 1 – 1.
- (C) 1 – 1 – 2 – 2 – 1.
- (D) 1 – 2 – 1 – 2 – 2.
- (E) 2 – 1 – 2 – 1 – 1.

50

Ao auditar as demonstrações contábeis de encerramento de exercício de um Instituto Federal, um auditor analisa o Balanço Orçamentário. O documento apresenta os seguintes dados consolidados:

- Previsão Atualizada da Receita: R\$ 100.000.000;
- Receita Realizada (Arrecadada): R\$ 95.000.000;
- Dotação Atualizada da Despesa: R\$ 100.000.000;
- Despesa Empenhada: R\$ 92.000.000;
- Despesa Liquidada: R\$ 88.000.000.

Considerando essas informações, com base na Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

- (A) No cenário apresentado, houve um excesso de arrecadação de R\$ 5.000.000, permitindo a abertura de créditos suplementares.
- (B) O resultado orçamentário do exercício apresenta um superávit de R\$ 3.000.000, obtido pelo confronto entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada.
- (C) O Balanço Orçamentário deve demonstrar as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com as realizadas, excluindo-se as despesas empenhadas e não pagas.
- (D) Os valores das despesas liquidadas, mas não pagas até o encerramento do exercício (31 de dezembro) são os únicos que compõem os Restos a Pagar do período.
- (E) O resultado orçamentário deve ser apurado obrigatoriamente pelo confronto entre a Receita Prevista e a Despesa Fixada, independentemente da execução.

51

A reitoria de um Instituto Federal decide criar um programa de “Bolsas de Incentivo à Inovação Tecnológica” para alunos de pós-graduação, o que acarretará um aumento na despesa do órgão. O auditor, ao revisar o processo administrativo antes da fase de empenho ou licitação, verifica a conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).

Diante desse contexto, com base na LRF, assinale a alternativa correta.

- (A) A criação do referido programa deve ser obrigatoriamente acompanhada de uma estimativa do impacto orçamentário-financeiro, abrangendo o exercício em que entrará em vigor e os dois subsequentes.
- (B) O Ordenador de Despesa deve emitir declaração atestando a adequação orçamentária com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a compatibilidade com o PPA, sendo dispensada, por norma constitucional, a análise de compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- (C) Ainda que a despesa seja considerada “irrelevante” nos termos dispostos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente, o processo deverá atender integralmente às exigências de estimativa de impacto e declaração de adequação orçamentária.
- (D) Considera-se a despesa compatível com o PPA e a LDO quando ela se conforma com as diretrizes e metas neles previstas, sendo facultativa a existência de dotação específica na LOA, desde que o ordenador assuma compromisso formal de pagamento.
- (E) O cumprimento das exigências de estimativa de impacto e declaração de adequação orçamentária é condição necessária apenas para o empenho da despesa, não sendo requisito prévio para a fase de licitação.

52

A gestão financeira do setor público exige a distinção entre despesas orçamentárias e extraorçamentárias para o correto registro contábil e atendimento às normas da Lei nº 4.320/1964. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a natureza e o tratamento contábil aplicável a essas despesas.

- (A) As despesas extraorçamentárias são contabilizadas como Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), pois, ao serem realizadas, reduzem necessariamente o patrimônio líquido da entidade, independentemente de estarem previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA).
- (B) O estágio da liquidação é obrigatório para todas as saídas de recursos financeiros da Administração Pública, sejam elas despesas orçamentárias ou extraorçamentárias, sob pena de violação ao princípio da publicidade.
- (C) As despesas extraorçamentárias representam saídas de recursos financeiros que não dependem de autorização legislativa e não constituem custo para a entidade, pois não representam consumo de bens ou serviços que reduzam o patrimônio líquido, caracterizando-se apenas como movimentos de natureza financeira.
- (D) As despesas orçamentárias de capital, especificamente aquelas destinadas à amortização da dívida pública, são classificadas tecnicamente como extraorçamentárias, uma vez que não representam um aumento patrimonial para o ente, mas apenas uma redução de obrigação.
- (E) Todo e qualquer pagamento realizado pela Administração Pública Federal deve estar previamente vinculado a um empenho emitido no SIAFI, inclusive as despesas extraorçamentárias, garantindo a governança sobre o saldo disponível das dotações orçamentárias.

53

No que se refere aos estágios da receita e da despesa pública, previstos na Lei nº 4.320/1964 e nas normas gerais de Direito Financeiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O empenho da despesa é o estágio que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- (B) O lançamento é o estágio da despesa que cria para o Estado a obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- (C) A liquidação da despesa deve preceder obrigatoriamente o empenho, a fim de garantir que o objeto foi entregue antes da reserva da dotação orçamentária.
- (D) O recolhimento é o estágio da receita que consiste na entrega, pelos contribuintes ou devedores, dos recursos devidos ao Tesouro, realizado junto aos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas.
- (E) A liquidação é o estágio da despesa que tem por fim verificar o direito adquirido pelo credor, e o seu pagamento só poderá ser efetuado quando ordenado após a regular liquidação.

54

No âmbito da administração financeira do Governo Federal e do funcionamento da Conta Única do Tesouro Nacional, a movimentação de recursos entre unidades gestoras ocorre por meio de descentralização. Acerca dos mecanismos de descentralização orçamentária e financeira, assinale a alternativa correta.

- (A) O Destaque consiste na descentralização de créditos orçamentários entre unidades gestoras de um mesmo órgão ou ministério (mesma estrutura ministerial).
- (B) O Repasse é a movimentação de recursos financeiros realizada pelo Órgão Central de Programação Financeira (Tesouro Nacional) para os órgãos setoriais.
- (C) A Provisão caracteriza-se pela descentralização de créditos orçamentários para unidades gestoras pertencentes a ministérios ou órgãos diferentes (estruturas distintas).
- (D) O Sub-repasse consiste na transferência de recursos financeiros de uma unidade gestora para outra, desde que ambas pertençam ao mesmo órgão ou ministério.
- (E) A Cota é o estágio da descentralização em que o recurso financeiro é efetivamente entregue ao credor final (fornecedor ou prestador de serviço) para quitação da despesa.

55

Os princípios representam o arcabouço teórico sobre o qual repousam as normas de auditoria. São valores que concedem sentido lógico e harmônico à atividade de auditoria interna governamental e lhe proporcionam eficácia. As Unidades de Auditoria Interna Governamental devem assegurar que a prática da atividade de auditoria interna governamental seja pautada por esses princípios. Com base na Instrução Normativa CGU nº 3, de 9 de junho de 2017, assinale a alternativa que apresenta, de forma técnica e correta, princípios ou requisitos fundamentais da atividade de auditoria interna governamental.

- (A) Integridade, proficiência e zelo profissional.
- (B) Independência e subjetividade na análise de evidências.
- (C) Anualidade, prudência e competência orçamentária.
- (D) Alinhamento exclusivo às normas internacionais, desconsiderando os riscos da Unidade Auditada.
- (E) Atuação pautada na hierarquia administrativa, dispensando o posicionamento e recursos próprios.

56

De acordo com as diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa CGU nº 03/2017 e pela Instrução Normativa CGU nº 05/2021, que tratam dos referenciais técnicos e da sistemática do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), assinale a alternativa correta.

- (A) O PAINT deve ser elaborado considerando exclusivamente o plano de carreira dos auditores e a disponibilidade de orçamento para diárias e passagens, sendo vedada a utilização de critérios baseados em riscos para a seleção dos objetos de auditoria.
- (B) O Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) tem como objetivo principal detalhar a execução do orçamento da unidade auditada, devendo ser encaminhado à CGU para aprovação prévia antes de ser apresentado ao conselho superior da instituição.
- (C) Conforme o referencial técnico da CGU, a atividade de auditoria interna governamental deve ser exercida com independência e objetividade, sendo que a independência se refere à atitude mental imparcial do auditor, enquanto a objetividade refere-se à imunidade a condições que ameaçam a capacidade da unidade de auditoria de conduzir seus trabalhos de forma isenta.
- (D) Segundo a IN CGU nº 05/2021, o PAINT deve ser encaminhado para ciência do órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (CGU) até o dia 31 de dezembro do exercício anterior ao de sua execução.
- (E) As unidades de auditoria interna dos Institutos Federais podem prestar serviços de avaliação e serviços de consultoria, sendo que o serviço de consultoria deve ter sua natureza e escopo acordados com o solicitante e não deve implicar a assunção de responsabilidade pela gestão.

57

No contexto da administração pública federal, a governança pública, a gestão de riscos e os controles internos são estruturados para garantir a entrega de resultados e a conformidade dos atos. Em relação aos dispositivos do Decreto nº 9.203/2017 e da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016, assinale a alternativa correta.

- (A) De acordo com o Decreto nº 9.203/2017, a governança pública baseia-se em quatro princípios fundamentais: capacidade de resposta, integridade, confiabilidade e prestação de contas e responsabilidade.
- (B) A gestão de riscos é de responsabilidade exclusiva da Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG), que deve definir os níveis de risco aceitáveis para a alta administração da instituição.
- (C) Conforme a IN Conjunta nº 01/2016, os controles internos da gestão devem ser implementados de forma idêntica em todos os processos da instituição, independentemente da avaliação de riscos, para garantir a equidade administrativa.
- (D) O Decreto nº 9.203/2017 estabelece que a “gestão de riscos” é o conjunto de diretrizes, estruturas e processos que orientam as decisões de uma organização, enquanto a “governança” é o processo de identificar e tratar incertezas que podem afetar o cumprimento dos objetivos.
- (E) A Instrução Normativa Conjunta nº 01/2016 determina que o estabelecimento de controles internos da gestão deve ser uma atividade pontual, realizada exclusivamente no encerramento do exercício financeiro para fins de prestação de contas.

58

Um auditor interno de uma instituição pública federal de ensino está realizando uma auditoria na gestão de pessoal e na gestão patrimonial relacionada à implementação de um novo programa de teletrabalho. Durante os testes, o auditor identifica as seguintes situações:

1. **Conformidade:** pagamento de auxílio-transporte a servidores que estão em regime de teletrabalho integral (sem deslocamento para o campus).
2. **Eficiência:** a instituição mantém 500 notebooks em estoque há 12 meses, sem distribuição, enquanto paga aluguel de espaço físico extra para armazená-los.
3. **Eficácia:** o programa de teletrabalho atingiu a meta de reduzir em 20% o absenteísmo dos servidores, conforme planejado nos indicadores da reitoria.
4. **Efetividade:** pesquisas de satisfação mostram que, apesar da redução do absenteísmo (meta batida), a qualidade do atendimento aos alunos caiu drasticamente, gerando impacto negativo na prestação do serviço educacional (resultado final).

Diante desse contexto, com base nos conceitos de auditoria nas áreas de gestão, assinale a alternativa correta.

- (A) O pagamento do auxílio-transporte a servidores em teletrabalho integral configura uma falha de conformidade, pois viola a norma legal que vincula o benefício ao deslocamento efetivo casa-trabalho.
- (B) A manutenção de notebooks parados em estoque gerando custos de armazenagem desnecessários é um problema de efetividade, pois o recurso não chegou ao usuário final.
- (C) O atingimento da meta de redução de absenteísmo (20%) caracteriza a eficiência da gestão, pois demonstra o uso racional dos meios para atingir os fins.
- (D) A queda na qualidade do atendimento aos alunos, resultante da mudança na modalidade de trabalho, é uma falha de eficácia, pois refere-se ao impacto social e qualitativo do programa.
- (E) A avaliação dos controles internos nesse caso deve focar exclusivamente no servidor individualmente, não cabendo ao auditor avaliar o desenho dos processos da reitoria ou o custo-benefício do programa.

59

Durante uma auditoria operacional e patrimonial em um Instituto Federal, o auditor observa que a instituição adquiriu equipamentos de laboratório de alta tecnologia, mas não instituiu procedimentos de inventário periódico nem controles de acesso físico às salas onde os bens estão instalados. Ao avaliar os controles internos da entidade, o auditor deve considerar a relação entre a mitigação de riscos e os objetivos da gestão.

Com base nas normas vigentes de auditoria governamental e na estrutura de controles internos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os controles internos administrativos são de responsabilidade exclusiva da unidade de auditoria interna, não cabendo aos gestores das áreas patrimonial e financeira a sua implementação ou monitoramento.
- (B) A ausência de inventários periódicos e de restrição de acesso físico caracteriza uma deficiência no componente "Ambiente de Controle", pois refere-se diretamente à integridade e aos valores éticos da alta administração.
- (C) A avaliação de controles internos deve focar a identificação de atividades de controle (como conciliações e salvaguarda de ativos) que visem reduzir os riscos a um nível aceitável, assegurando a proteção do patrimônio e a fidedignidade das informações.
- (D) Caso o auditor identifique que os controles internos são inexistentes, ele deve obrigatoriamente realizar apenas testes de conformidade (aderência à lei), sendo vedada a realização de testes substantivos ou de desempenho operacional.
- (E) O estabelecimento de controles internos robustos garante, de forma absoluta, que os objetivos de eficiência e eficácia da gestão serão atingidos, eliminando a possibilidade de ocorrência de fraudes ou erros humanos.

60

Durante a análise de uma planilha contendo a lista de bens patrimoniais de um campus do Instituto Federal, o auditor precisa organizar as informações para identificar rapidamente itens com valores acima de R\$ 10.000 e realizar a soma total dos equipamentos. Considerando funções básicas de planilhas eletrônicas, assinale a alternativa correta.

- (A) A função SOMA permite calcular o total de uma coluna de valores numéricos, sendo uma ferramenta essencial para conferir o fechamento de balancetes financeiros.
- (B) O recurso de Filtro serve exclusivamente para apagar os dados que não atendem a um critério, sendo impossível recuperar as informações ocultadas após a sua aplicação.
- (C) A função Classificar de A a Z é utilizada para multiplicar valores automaticamente, não tendo influência sobre a ordem em que os itens aparecem na lista.
- (D) Para destacar visualmente as células que possuem valores acima de R\$ 10.000 com vermelho, o auditor deve utilizar obrigatoriamente a função MÉDIA.
- (E) O uso do sinal de igual (=) no início de uma célula é opcional, pois o programa reconhece automaticamente qualquer texto como uma fórmula matemática.

